



21

Col

Reunião Ordinária – Ata nº 07/2015**Data** – 2015-04-07**Início** – 09.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 11.20 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luís Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana**A Técnica Superior** – Catarina Alexandra Justino Santos

Resumo Diário da Tesouraria de 06-04-2015:

a) Dotações Orçamentais €6.401.658,85
b) Dotações não Orçamentais €157.717,66

Total das Disponibilidades €6.607.942,76



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA
(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara informou que, no seguimento da apresentação de mapeamento das necessidades de investimento nas áreas da educação, saúde, ação social e cultura, no âmbito próximo quadro comunitário de apoio – para o qual os municípios não foram convidados a participar, conforme já tinha oportunamente dado conhecimento – solicitou reuniões com várias entidades envolvidas nas diferentes áreas.

Com esse propósito, esteve reunida no dia 6 de abril com a ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, tendo concluído que, na área da saúde e para o concelho de Abrantes, não se verifica necessidade de mais investimentos, além dos já previstos para Rossio ao Sul do Tejo e Carvalhal. Esta reunião foi bastante profícua já que veio dar abertura a que se explorem mais possibilidades ao nível da prevenção na saúde.

Tomado conhecimento.



Deu a conhecer o Relatório de Gestão de 2014 da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, já aprovado em sede de Conselho Intermunicipal.

Tomado conhecimento.



Deu também conhecimento do Relatório de Gestão de 2014 da Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e informou que o presidente do conselho de administração daquela empresa, que se encontrava apenas com funções de gestão corrente, devido ao processo de alienação da EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A., apresentou recentemente a sua demissão.

Tomado conhecimento.



A propósito do processo relativo à descentralização de competências, informou que a Câmara Municipal de Abrantes promoveu, no dia 24 de março, uma reunião de trabalho no âmbito do “PAE — Programa Aproximar Educação”, na qual os vereadores tiveram oportunidade de participar e que contou também com a presença do Presidente da Assembleia Municipal, de todos os Vereadores do Executivo Municipal, dos Deputados Municipais que integram o Grupo de Trabalho sobre Educação da Assembleia Municipal, dos Diretores dos dois Agrupamentos de Escolas e também da Escola não Agrupada e dos respetivos Presidentes dos Conselhos Gerais.

21

Nessa reunião foram identificadas as razões que levaram o Município a ter aceite o convite do Governo para participar no Projeto Piloto de Descentralização de Competências na Área da Educação:

- A questão da descentralização de competências constitui uma área de reflexão premente e fundamental para o desenvolvimento territorial e devera ser considerado um desígnio nacional que permita a aproximação do país aos indicadores de desenvolvimento registados noutros países da OCDE. Os Municípios devem ter um papel ativo e construtivo nesse processo de reflexão.
- A Câmara Municipal de Abrantes foi convidada pelo Governo como município piloto para desenvolver uma nova experiência de descentralização de competências, concretamente na área da educação, e foi nesse espírito construtivo que aceitou integrar o processo de discussão do PAE.
- O processo de discussão do PAE pressupunha uma dinâmica negocial não se traduzindo numa aceitação incondicional das propostas apresentadas pelo governo.

Um processo desta natureza não pode ser feito à margem da Comunidade Educativa razão pela qual, numa clara lógica de democracia participativa, a Câmara Municipal partilhou estas matérias, desde o início, com os agrupamentos de escolas e escola não agrupada e com o Conselho Municipal de Educação.

No decorrer do processo negocial foi identificado um conjunto significativo de dúvidas e questões que o Governo não conseguiu esclarecer, até ao momento, considerando-se não se encontrar salvaguardada, entre outras, aquela que é considerada uma questão essencial: a garantia e reforço da autonomia das escolas.

Por outro lado, o calendário com que este processo se encontra a ser desenvolvido, não garante condições objetivas para iniciar o próximo ano letivo já com este novo modelo, em condições de tranquilidade, para o funcionamento das Escolas.

Apesar de todos os presentes entenderem que é importante dar continuidade ao trabalho e ao aprofundamento destas matérias, no sentido de caminharmos para a descentralização de competências, é fundamental dar passos sólidos e bem ponderados, sempre numa atitude partilhada entre todos os parceiros, para que este seja um caminho bem-sucedido e que corresponda a construção de uma Escola mais próxima, mais apoiada, mais autónoma, em suma, a construção de um projeto educativo de excelência.

Ponderadas todas estas circunstâncias foi decidido não estarem reunidas as condições para se avançar, de imediato, com este processo de descentralização de competências na área da educação.

Continuaremos a trabalhar no sentido de garantir uma efetiva descentralização de competências onde todos os intervenientes saiam ganhadores, em especial os alunos.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conta que, no passado dia 26 de março, decorreu uma visita às obras para a instalação da "Loja do Intendente – produtos e territórios" para fazer um ponto de situação do projeto.

21

01

Trata-se de uma parceria entre seis Associações de Desenvolvimento Local, na qual se inclui a Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, que tem por objetivo a criação de um espaço de promoção dos produtos locais e territórios rurais no largo Intendente, em Lisboa.

Ali, nascerá uma loja agroalimentar, uma cafetaria e uma zona de exposições, com intuito de dar a conhecer e valorizar as potencialidades de 38 municípios. A gastronomia, o turismo, a natureza e os produtos locais serão as marcas mais visíveis destes territórios, símbolos de hospitalidade e gosto de receber, simplicidade e cultura genuínas das aldeias.

Este projeto compreende os territórios da Terra Fria Transmontana (CoraNE), das Terras de Sico no Centro do País (TERRAS DE SICÓ), do Pinhal Interior Sul (PINHAL MAIOR), do Norte Alentejo (ADER-AL), do Alentejo Central (MONTE-ACE) e Ribatejo Interior (TAGUS) e tem o apoio da Camara Municipal de Lisboa.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara referiu que, no âmbito do projeto EletriCork, uma parceria entre três empresas Carris, Sofalca e Pelcor, dois elétricos turísticos que circulam em Lisboa foram revestidos no interior e no exterior com cortiça da Sofalca. A Sofalca pretende demonstrar novos usos da sua cortiça, para além das capacidades térmicas e acústicas do aglomerado negro de cortiça 100% natural, bem como o conforto e decoração que este material converte aos espaços revestidos e ainda a resistência ao tempo.

Tomado conhecimento.



Destacou, que durante uma hora, entre as 20:30 horas e as 21:30 horas, no dia 28 de março, foram desligadas as luzes interiores e exteriores do Castelo da cidade, da Praça D. Francisco de Almeida (junto ao Castelo) e do Edifício dos Paços do Concelho, para assinalar a Hora do Planeta 2015, em defesa do ambiente e poupança de recursos energéticos.

No âmbito desta adesão, a Câmara de Abrantes comprometeu-se ainda a promover medidas destinadas a melhorar a eficiência energética, junto dos seus munícipes.

A Hora do Planeta é um ato simbólico da organização global de conservação da natureza WWF - World Wildlife Foundation, para o qual todos são convidados a mostrar sua preocupação com o meio ambiente.

Tomado conhecimento.

21
Col

A Presidente da Câmara disse que o Parque Tejo, Centro de Turismo, Ciência e Lazer disponibiliza, desde o início do mês de março, o serviço de campismo e caravanismo durante toda a semana e fins-de-semana. Até ao momento já usufruíram desta valência cerca de uma dezena de utilizadores entre Caravanismo e Campismo.

Ao nível da ligação à ciência e lazer encontram-se os serviços a desenvolver os trabalhos necessários para implementação das atividades educativas e experimentais, com conteúdos ao nível ambiental, cultural e histórico.

No passado dia 24 de março decorreram já algumas atividades educativas e experimentais enquadradas nas Férias Jovens 2015 - Páscoa em Movimento, onde estiveram presentes cerca de 50 participantes.

Para dar resposta ao conceito de bikefriendly que o Parque Tejo se propõe, encontram-se já disponíveis 10 bicicletas da Marca Jorbi, de modelo exclusivo, concebidas nas instalações da Vieira Graça, empresa local, instalada na Zona Industrial Sul.

Tomado conhecimento.



Informou que na próxima sexta-feira, dia 10 de Abril de 2015, será inaugurada oficialmente, com a presença do Secretário de Estado da Solidariedade Social, Agostinho Branquinho, a nova Estrutura Residencial para Idosos – ERPI do Centro Social do Pego.

Trata-se de mais uma valência oferecida, desde setembro de 2014, pelo Centro Social do Pego, que acresce ao Centro de Dia, ao Apoio Domiciliário, à Creche e ao ATL – Atividades de Tempos Livres.

A Estrutura Residencial para Idosos tem capacidade para 68 camas, sendo o acordo de cooperação celebrado a Segurança Social para 51 camas, das quais 10 são destinadas à Segurança Social.

Com uma área de 3.400 m² e um investimento de 2,1 milhões de euros, surgiu para responder à necessidade, avaliada em sede de Diagnóstico Social, de oferta a este escalão etário.

A construção do novo lar do Pego obteve uma comparticipação de cerca de 1,2 milhões de euros, no âmbito do programa de financiamento comunitário POPH - Programa Operacional de Potencial Humano, que financiou 75% do valor inicial do projeto.

Tomado conhecimento.



Disse que o CES – Conselho Económico e Social, no qual tem a honra de ser Conselheira, emitiu parecer sobre o “Programa Nacional de Reformas no Quadro do Semestre Europeu”, aprovado por maioria, que resulta do pedido que lhe foi formulado pela Ministra de Estado e das Finanças, no sentido de contribuir para a preparação do Programa Nacional de Reformas – documento de estratégia económica de médio-prazo que os Estados-Membros devem apresentar à Comissão Europeia em abril de cada ano, inserido no Semestre Europeu, no quadro de uma maior

21
Cot

intervenção da Comissão Europeia das políticas a aplicar pelos Estados-Membros, e de uma crescente transferência de poder para instituições supra-nacionais.

O Governo solicitou ao CES que fornecesse contributos nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento económico e social do país, evidenciando em que sentido determinadas políticas ativas poderão contribuir para esse propósito.

O CES lamentou que uma matéria de transcendente importância como é a definição de um Programa Nacional de Reformas tenha sido colocada para apreciação com a fixação de um prazo de doze dias úteis, o que se revela manifestamente insuficiente.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conta que as obras, propriamente ditas, da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais dos Carochos se iniciaram durante a passada semana.

Tomado conhecimento.



Informou que se realizará hoje, dia 7 de abril, pelas 18 horas, mais uma sessão do Fórum da Freguesias, onde serão abordadas questões importantes para as freguesias, como o PDR 2020 (Programa Desenvolvimento Rural), com a discussão e identificação de ações e projetos elegíveis neste programa operacional, e as ampliações de cemitérios nas freguesias.

Tomado conhecimento.



No âmbito das atividades desportivas, informou que o Clube Náutico de Abrantes conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, a Taça ANDS – Associação de Nadadores do Distrito de Santarém – Cidade de Rio Maior, no dia 21 de março de 2015.

Também atleta do Clube Náutico, João Calado, conquistou quatro medalhas em natação no torneio zonal sul, que decorreu, entre 27 e 29 de março, na Piscina de Silves, o Torneio Zonal de Infantis (Sul). Trata-se de uma competição que contou com a participação de 306 nadadores, em representação de 65 clubes das associações reginais a sul de Coimbra, na qual participaram os jovens atletas Beatriz Duarte e João Calado (Infantis A) e também Daniel Filipe (Infantil B), acompanhados pelo técnico Nuno Valente.

Destacou também os bons resultados e alguns recordes distritais por parte da Maria Madalena Silva, também do Clube Náutico de Abrantes, no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores, Seniores e Absolutos, em Coimbra de 1 a 4 de abril.

Tomado conhecimento.

el
at

A Presidente da Câmara informou que o Clube Cultural e Desportivo da Amoreira conquistou, no dia 5 de abril, a Taça 80 anos da Fundação Inatel.

A final foi disputada entre o Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo e o Centro de Cultura e Desporto de Amoreira, no Campo de Futebol do Bairro — Ourém, tendo o CCD Amoreira vencido por 2-1.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conta que, no âmbito do Projeto Educativo Municipal, decorreu em Lisboa, no dia 1 de abril, uma reunião com a DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para o planeamento da oferta formativa concertada para o próximo ano letivo, para que haja uma complementaridade entre os vários agrupamentos ao nível do ensino profissional.

Tomado conhecimento.



Informou que, no âmbito da REIVA – Rede Especializada de Intervenção na Violência e do plano de ação aprovado, a intervenção é este ano dirigida a jovens e aos seus docentes. A primeira sessão já decorreu a 25 de fevereiro de 2015 e estão em preparação e agendamento mais sessões, em colaboração com os agrupamentos de escolas.

Trata-se de um trabalho de prevenção, dirigido a jovens entre os 13 e os 18 anos e aos docentes das turmas envolvidas, para que estes jovens se tornem agentes ativos capazes de desenvolver estratégias de prevenção da violência, de adoção de atitudes de respeito mútuo entre sexos e da resolução de conflitos através da não-violência.

Embora a sua coordenação seja dos serviços do Município, estas ações contam também com a participação dos elementos da GNR – Guarda Nacional da Republicana, entidade parceira nesta rede.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL VALAMATOS

O vereador Manuel Valamatos informou que, a qualquer momento, irão ter o seu início as obras da conduta de água que ligará a barragem do Castelo de Bode ao açude insuflável.

Tomado conhecimento.

cl
ca

O vereador Manuel Valamatos deu conta que, conforme já noticiado pela comunicação social, na passada sexta-feira, dia 3 de abril, se verificou a morte de um elevado número de peixes na escada de peixes do açude insuflável no rio Tejo.

As causas para o sucedido ainda estão a ser avaliadas. Foram remetidos para análise amostras de água e alguns peixes.

O caudal do rio tem sido muito reduzido. Ao que tudo indica, já que há vestígios disso, a morte dos peixes terá sido motivada por uma descarga momentânea de água a montante, que aumentou o caudal do rio Tejo e induziu um elevado número de peixes a subir a escada, a que se seguiu uma redução repentina do caudal, levando à retenção dos peixes na escada de peixes, causando a sua morte.

Salientou que, pese embora muitos peixes tenham morrido, a ação rápida e concertada do SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR – Guarda Nacional Republicana e dos Bombeiros de Abrantes permitiu que milhares de peixes, seguramente mais do que os que padeceram, fossem salvos.

Esclareceu que a escada de peixes é vigiada assiduamente pelas entidades fiscalizadoras mas é recorrentemente vandalizada e mal utilizada. Não existem razões para apontar a escada de peixes como a causa do acidente.

Pese embora lamente fortemente o sucedido, que considerou grave, focou que a preocupação deve assentar seriamente na necessidade de se avaliar um problema de maior escala e que conduziu a tal acidente. O caudal anormalmente reduzido e a qualidade da água devem ser o centro das atenções das entidades envolvidas.

A Presidente da Câmara e o vereador Manuel Valamatos lamentaram esta situação, que já foi objeto de tomada de posição da CIMT, referindo como causas o reduzido caudal de água do rio e as descargas a montante, sendo este um problema de fundo de gestão da bacia do rio. Lembraram que a morte de peixes já aconteceu noutros locais, afastados do açude e da escada de peixes, nomeadamente em poças, que se criam no próprio rio, quando o caudal baixa repentinamente, e que aprisionam centenas de peixes, provocando a sua morte. O facto de acontecer em época de migração de peixes e lampreias, para desova a montante, vem agravar a situação.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana disse que não domina as questões técnicas, mas que compete à Câmara Municipal mobilizar as entidades e os seus recursos técnicos para que rapidamente se apure de forma segura o sucedido. Não quis conjecturar sobre as causas da morte dos peixes, mas alertou para questões como a viabilidade e a sobrevivência do açude, da sua albufeira e dos caudais.

21
Cet

Julga que o açude e a escada de peixes deverão estar preparados para fazer face a alterações do caudal do rio Tejo, mas entende que existirão seguramente limites. Será que se atingiram agora esses limites?

A Presidente da Câmara esclareceu que já foram mobilizados recursos e os agentes para esta situação, estando a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, entidade com competência nesta matéria, envolvida no processo.

O problema não advirá, com certeza, do açude já que este, como é do conhecimento geral, está em baixo há muito tempo e irá continuar.

Aproveitou para referir que, no âmbito do processo em curso no Ministério do Ambiente para a instalação de central mini-hídrica no açude, foi solicitada por parte da autarquia uma intervenção para melhorar o sistema de monitorização da escada de peixes, permitindo, de futuro, avaliar a movimentação dos peixes.



O vereador Avelino Manana apresentou uma proposta de Moção relativamente ao Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais, na qual propõe que a Câmara Municipal de Abrantes manifeste: - PG 217376

- a) *A sua rejeição do regime jurídico de delegação de competências, contido no DL 30/2015;*
- b) *A necessidade de um processo de descentralização resultar de uma discussão e de um quadro de consensualização (não verificados), antes de mais no plano municipal, capaz de reconhecer as especificidades locais e de as integrar num todo nacional que, consideradas as matérias em causa, consiga responder as necessidades de desenvolvimento do país a uma única velocidade, minorando discrepâncias, diferenças e desigualdades.*
- c) *O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, em relação a ANMP e consequentemente aos municípios portugueses.*

A Presidente da Câmara remeteu a proposta para a inclusão na ordem de trabalhos da próxima reunião de câmara, atendendo a que Câmara Municipal está impedida de deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem de trabalhos.



Fez ainda alusão ao Largo Espírito Santo, em Mouriscas, questionando se houve já resposta por parte da Câmara Municipal ao abaixo-assinado da população enviado à autarquia.

A Presidente da Câmara esclareceu que se perspetiva a possibilidade de haver financiamento para algumas intervenções em espaço urbano, podendo a intervenção neste largo ser, em princípio, aí considerada. Desta forma irão ser priorizadas as obras para apresentação de candidaturas, em função da sua urgência. Até lá só serão feitas pequenas intervenções que se verifiquem muito necessárias.

PL

CE

VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitório abordou também a questão da morte de peixes no açude insuflável. Quis deixar em ata um conjunto de questões que manifestam as suas preocupações, ainda que as mesmas já tenham sido substancialmente esclarecidas pela Presidente da Câmara e pelo vereador Manuel Jorge Valamatós.

- Porque é que houve cerca uma tonelada de peixes mortos no açude? A autarquia já tem uma resposta para a morte dos peixes?

A Presidente da Câmara, com a concordância da vereadora Elza Vitório, desobrigou-se de responder a esta questão, já que a informação foi prestada anteriormente.

- Desde quando e porquê é que o açude insuflável está em baixo?

A Presidente da Câmara disse que açude insuflável está em baixo, e tem que estar, porque é uma das condições necessárias na realização das obras na ponte rodoviária sobre o rio Tejo. O açude está inativo desde o início dessas obras.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Serviço Municipal de Proteção Civil

Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação o Plano Operacional Municipal para 2015 (POM), elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e aprovado, por unanimidade, pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta, em 18 de março de 2015, e, sendo parte integrante do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, pretende, sobretudo, diminuir o número de incêndios e aumentar a rapidez da primeira intervenção em caso de eventuais ocorrências. – PG 215208

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de Plano Operacional Municipal para 2015, aprovada em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta de 18 de março de 2015, para posterior submissão na plataforma interface de Planeamento - iPLAN do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, até 15 de Abril.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 02 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a cedência de um computador da autarquia à Junta de Freguesia do Pego, na sequência do projeto

21
Cat

de parceria que esta pretende iniciar com a Guarda Nacional Republicana, permitindo que um agente daquela força da autoridade possa desenvolver um trabalho de proximidade, na sede da Freguesia. – PG 209401

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência de um computador com instalação de sistema operativo e office openSource à Junta de Freguesia do Pego, atendendo a que a mesma não dispõe de equipamento adequado ao exercício das funções pretendidas com este projeto.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 03 – Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 30 de março de 2015, a dar conta da anulação da 3ª tranche no valor de 287,05€ (duzentos e oitenta e sete euros e cinco cêntimos), do apoio aprovado para o Grupo Folclórico Etnográfico de Bemposta no âmbito do Finabrant 2014-Medida 1. – PG 160458

Tomado conhecimento.



Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que, nos termos do disposto na alínea l) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, remete para aprovação envio à Assembleia Municipal, documentos de Prestação de Contas do Exercício 2014, integralmente elaborados nos termos do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e que englobam: - PG 216190

- Relatório de Gestão;
- Demonstrações Financeiras;
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Outros Documentos
- Documentos de Suporte.

Mais propõe que seja sujeito à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2014, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

Nos termos do nº3 do artº 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei nº 22/2015, de 17 de março, integram o relatório e contas as declarações referidas nas alíneas a)

e b) do nº 1 do referido artº 15º, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos Vereadores eleitos pela CDU e PSD, respetivamente, Avelino Manana e Elza Vitório, aprovar os documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano 2014.

Submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º e do nº 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter igualmente à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2014, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

A Vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, apresentou a seguinte declaração de voto, relativamente aos Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2014:

"Consideramos adequado salientar o reduzido número de dias para análise dos documentos supra referidos – um dia útil, um feriado e um fim-de-semana.

Destacamos os seguintes aspetos na execução do orçamento de 2014:

Uma taxa de execução de 72% da despesa total.

Um crescimento de 3% no total das despesas correntes.

Um crescimento de 33% no total das despesas de capital.

Uma taxa de execução de 89% da receita total, com 99% de execução das receitas correntes e de 48% das receitas de capital.

As receitas de capital diminuíram 20% em relação a 2013.

Verifica-se pelo segundo ano consecutivo um crescimento das receitas correntes, 6% em relação a 2013, e 10% em relação a 2012, com destaque para o crescimento dos impostos diretos que cresceram 3% em relação a 2013, e nestes, tem maior peso o crescimento do IMI que foi de 5,6% e o crescimento da Derrama que foi de 12%.

72% de execução da despesa total é ainda uma baixa execução, apesar de se ter verificado um aumento em relação a 2012, que foi de 60%.

Pelo exposto o voto da vereadora eleita pelo PSD é de abstenção."



Nº 05 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação a Norma de Controlo Interno e o Regulamento Interno de Inventário e Cadastro do património municipal, em cumprimento do ponto 2.9.10.4 do POCAL em conformidade com a remissão do Ponto 8 da Norma de Controlo Interno. - PG 216348

21
OK

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a Norma de Controlo Interno e o Regulamento de Inventário e Cadastro, nos termos da alínea i) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 06 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, propondo que, por questões de eficácia, eficiência e por motivos de simplificação e celeridade processuais, seja sugerida à Assembleia Municipal que esta delibere delegar na Presidente da Câmara Municipal a competência delegada na Câmara Municipal, por deliberação de 20 de fevereiro de 2015, para autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto no nº 3 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março. – PG 202674

A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além destas condições, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

Em sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta e submeter à Assembleia Municipal para deliberação de acordo com o disposto no nº 3 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e revogação da deliberação de 20 de fevereiro de 2015 que delegou a competência na Câmara Municipal.



Nº 07 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação a proposta de Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Abrantes, depois de colhidos os pareceres das entidades representativas dos interesses afetados, que fazem parte integrante do processo. – PG 209577

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Abrantes.

Submeter a proposta à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea g) do nº 1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

21

Nº 08 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de informação da Chefe da Divisão de gestão Financeira e Administrativa, remete para aprovação, a minuta dos contratos interadministrativos a celebrar com juntas de freguesia para gestão dos cemitérios municipais: - PG 216545

- Junta de Freguesia de Abrantes e Alferrarede - gestão dos cemitérios de St^a Catarina, Cabacinhos e Alferrarede, com a transferência do montante de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros) por ano, com pagamentos trimestrais;
- Junta de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo – gestão do cemitério de Rossio ao Sul do Tejo, com a transferência do montante de 20.000,00€ (vinte mil euros) por ano, com pagamentos trimestrais;

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos interadministrativos a celebrar com juntas de freguesia para gestão dos cemitérios municipais a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 09 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 31 de março de 2015, solicitando autorização para que se iniciem procedimentos com vista a preparar eventual abertura de novo procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de segurança e vigilância, desta vez ao abrigo de Acordo Quadro da eSPAp – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. – ou da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (os quais não estavam em vigor à data de abertura do anterior procedimento), bem como para a assunção de compromisso plurianual respetivo, sendo despesa inerente ao contrato a celebrar prevista em 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros) por ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – PG 216433

Deliberação: Por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso com vista à abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de segurança e vigilância, nos termos dos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei nº 278/2009, de 2 de outubro, e da alínea c) do nº 1 do art.,º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 10 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 30 de março de 2015, na sequência do pedido da União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede, a solicitar a atribuição de apoio financeiro, no montante de 2.000,00€ (dois mil

cl
ot

euros), com vista à realização do "XVI Grande Prémio de Atletismo Cidade de Abrantes", que terá lugar no dia 25 de abril de 2015.

Mais refere que a União de Freguesias, solicitou também o apoio logístico dado em anos anteriores, o qual inclui a presença de uma ambulância. Tendo em conta, que a corporação de Bombeiros já não é municipal, deixa à consideração o pagamento pelo Município das despesas inerentes à disponibilização dos referidos meios ou se deverá a União de Freguesias, solicitar apoio à AHBVA. – PG 213955

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro, no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), bem como o apoio logístico solicitado para a realização do referido evento, incluindo a assunção do pagamento de disponibilização de ambulância, nos termos da citada informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o apoio a prestar à União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede, nos termos da al. j) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 20 de março de 2015, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual, no montante anual de 21.600,00€ (vinte e um mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde a uma estimativa mensal de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente ao contrato de fornecimento de energia elétrica definitivo do Mercado Municipal de Abrantes. – PG 216331

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção do compromisso plurianual no montante anual de 21.600,00€ (vinte e um mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente ao contrato de fornecimento de energia elétrica definitivo do Mercado Municipal de Abrantes, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Remeter à Assembleia Municipal para autorização, de acordo com o disposto no artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.



Nº 12 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de março de 2015, que aprovou a prorrogação do prazo por 5 dias para apresentação de caução, por parte da firma Nova Serviços, Lda., adjudicatária do procedimento "Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais", por motivos de saúde de um dos seus administradores. – PG 184410

21

Col

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara que aprovou a prorrogação do prazo por 5 dias para apresentação de caução, por parte da firma Nova Serviços, Lda., adjudicatária do procedimento "Aquisição de Serviços de Limpeza dos Edifícios Municipais".



Nº 13 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de março de 2015, que aprovou o pedido de parecer prévio vinculativo para aluguer de som para espetáculos no Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, no montante de 3.577,50€ (três mil quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimo) acrescido de IVA, para aluguer de som para espetáculos no Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, sendo o convite endereçado à empresa "Cor do Som – Produção de Espetáculos, Unipessoal, Lda.". – PG 212492

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente que aprovou o pedido de parecer prévio vinculativo para aluguer de som para espetáculos no Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes.



Nº 14 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de março de 2015, que aprovou o adiantamento do pagamento da 1ª tranche de 2015, no valor de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), do montante inerente ao protocolo celebrado com a Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, para financiamento de uma equipa de sapadores. – PG 120256

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

El
✓

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara que aprovou o adiantamento do pagamento da 1ª tranche de 2015 do protocolo celebrado com a Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, para financiamento de uma equipa de sapadores.



Nº 15 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 30 de março de 2015, que remete para aprovação, pedido de parecer prévio vinculativo, referente à 2ª renovação do contrato nº 24/2013, para aquisição de serviços de publicidade com o jornal “Nova Aliança”, no montante de 5.448,96€ (cinco mil quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor. – PG 102622

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, referente à 2ª renovação do contrato nº 24/2013, para aquisição de serviços de publicidade com o jornal “Nova Aliança”, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.



Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 30 de março de 2015, que remete para aprovação, a atribuição de um subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no valor de 2.664,00€ (dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros), no âmbito do fornecimento de refeições aos jovens participantes na atividade “Páscoa em Movimento – Férias Jovens 2015”. – PG 214450

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no valor de 2.664,00€ (dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros), para fazer face à despesa com o fornecimento de refeições aos jovens participantes na atividade “Páscoa em Movimento – Férias Jovens 2015”, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 17 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 19 de março de 2015, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de duas bancas de publicidade destinadas à venda de brindes, no período compreendido entre 20 e 22 de abril de 2015 e 25 e 27 de maio de 2015, em Abrantes. – PG 208821

21

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório nos dias pretendidos e a ocupação de espaço público, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias – referente a uma informação do Serviço de Bibliotecas e Arquivo da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 24 de março de 2015, acerca do pedido de José Vasco Matafome, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas pela cedência da sala polivalente da Auditório da Biblioteca Municipal António Botto, no dia 28 de março de 2015, entre as 10.30 e as 13.00 horas, no âmbito da realização de um colóquio do CDS-PP, sobre o tema "A nova guerra fria e os desafios da europa e da Nato em matéria de segurança", pelo deputado João Rebelo. – PG 214532

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas associadas, no valor de 66,43€ (sessenta e seis euros e quarenta e três cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias – referente a uma informação do Serviço de Bibliotecas e Arquivo da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 24 de março de 2015, acerca do pedido da Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas pela cedência da sala polivalente da Auditório da Biblioteca Municipal António Botto, no dia 27 de fevereiro de 2015, entre as 14,00 e as 15.00 horas, no âmbito da realização de uma sessão de esclarecimentos, sobre o programa de apoio "Comércio Investe". – PG 210010

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas associadas, no valor de 26,57€ (vinte e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 20 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, na sequência do pedido da Cooperativa Verdeperto, em que solicita a isenção do pagamento de taxas relativas à cedência do Espaço Jovem, para a realização de vários workshops e atividades da iniciativa "Famílias à Medida", enquadradas no projeto "Intergeracionalidade à Medida". – PG 214242

Cl
Co

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do Espaço Jovem para a realização do referido evento, mediante a dispensa das taxas associadas.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 21 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 07 a 20 de abril de 2015, no âmbito do plano de atividades para 2015 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. – PG 216330

Tomado conhecimento.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias – referente a uma informação da Divisão de Cultura Desporto e Património, datada de 25 de março de 2015, acerca do pedido da DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, pela cedência do auditório do Edifício Pirâmide no dia 30 de março de 2015, para a realização de uma sessão de informação subordinada ao tema "PAC 2020, Sistema de Seguros de Colheita e Regime Forfetário do IVA na Pequena Agricultura Bolsas de Terras. – PG 212933

Deliberação: Por maioria, com o voto contra do Vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 93,17€ (noventa e três euros e dezassete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

O Vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, votou contra, por considerar que, sendo um organismo estatal, deveria ser a DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a suportar os encargos.



Nº 23 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente à informação nº 10 da Divisão de Cultura e Património da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 04 de março de 2015, acerca do pedido da Rádio Antena Livre e do Jornal de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, para o dia 30 de abril de 2015, com vista à realização da 10ª edição da Gala Anual, bem como da sala do 1º andar para execução de um beberete no final da gala e do pequeno auditório para ensaios das Tunas convidadas. – PG 198221

21

✓

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, bem como a sala do 1º andar e do pequeno auditório, no dia pretendido, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 24 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente à informação nº 07 da Divisão de Cultura e Património da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 18 de fevereiro de 2015, acerca do pedido da UTIA – Universidade da Terceira Idade de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização do 1º Encontro de Atividades Livres Seniores, a levar a efeito no dia 20 de maio de 2015. – PG 205530

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, no dia pretendido, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, a remeter para aprovação o pedido apresentado pela ESTATuna – Associação Cultural para a utilização, com dispensa das respetivas taxas, do Cine Teatro São Pedro, em Abrantes, no dia 2 de maio, para a realização do XVfEsta – Cidade de Abrantes. – PG 197701

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total do pagamento das taxas devidas pela cedência do Cine Teatro São Pedro, no valor total de 258,32€ (duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), face ao apoio continuado a esta iniciativa e a sua repercussão na comunidade e de acordo com o previsto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador Luís Dias, referente a uma informação da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 12 de março de 2015, acerca do pedido do Clube Desportivo de Olivais e Moscavide, a solicitar autorização para utilização com isenção do pagamento de taxas, da piscina e pista de atletismo da Cidade Desportiva de Abrantes, por

EL
ca

parte dos jovens atletas daquele Clube, acompanhadas pelo treinador Abrantino, Pedro Basílio, no âmbito da realização do Estágio da Páscoa 2015. – PG 213235

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 178,00€€ (cento e setenta e oito euros), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

À Divisão de Desporto e Juventude para os devidos efeitos.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 27 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 46 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 18 de março de 2015, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de “Construção do Centro Escolar de Bemposta”, com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a qual foi realizada em 18 de março de 2015.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de serem aceites pelo dono da obra, pelo que, poderá nos termos do citado diploma, proceder à liberação faseada da caução.

Considerando que a receção provisória desta empreitada ocorreu em 10 de fevereiro de 2012, que nesta data corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 45% no montante de 78.142,60€ (setenta e oito mil cento e quarenta e dois euros e sessenta centimos) da garantia da obra, correspondendo a 32.460,95€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta euros e noventa e cinco centimos), da garantia bancária nº 125-02-1705898 do Banco Comercial Português, S.A., que ficará extinta, e 45.681,65€ (quarenta e cinco mil seiscentos e oitenta e um euros e sessenta e cinco centimos) da garantia autónoma nº 2011.00464 da Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A..

Esta garantia ficará com um valor residual de 43.412,56€. – PG 210881

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 46 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 18 de março de 2015.



Nº 28 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 55 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 30 de março de 2015, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de “Requalificação e Ampliação da Escola E.B.1 Nº 1 de Tramagal para Centro Escolar”, com vista

21
C

à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a qual foi realizada em 27 de março de 2015.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de ser aceites pelo dono da obra, pelo que, se poderá nos termos do citado diploma, proceder à liberação faseada da caução.

Considerando que a receção provisória desta empreitada ocorreu em 10 de fevereiro de 2012, tendo já decorrido 3 anos completos, e tendo em conta que foi já liberada 60% da caução relativa ao primeiro e segundo anos, conforme deliberações da CMA de 20 de maio de 2014, poderá ser liberada agora mais 15%, no montante de 14.660,89€ (catorze mil seiscentos e sessenta euros e oitenta e nove cêntimos) da caução, correspondente ao 3º ano.

Em face do exposto, sugere a redução da garantia bancária nº 2537.003088.993 da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 14.660,89€ (catorze mil seiscentos e sessenta euros e oitenta e nove cêntimos). – PG 212368

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 55 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 30 de março de 2015.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 49 da DGPP – Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 23 de março de 2015, acerca da conta final definitiva da empreitada de “Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega”, adjudicada à empresa VEDAP – Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A., que se transcreve: - PG 189992

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	258.819,77€
Trabalhos a Menos	5.394,91€
Trabalhos Contratuais Realizados	253.424,86€
Total	253.424,86€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da empreitada de “Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega”, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção para proceder em conformidade.

el

Co

Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 52 da DGPP – Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 24 de março de 2015, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Repavimentação da Avenida das Forças Armadas e Avenida 25 de Abril - Abrantes", adjudicada à empresa Plenavia – Construção e Conservação de Vias e Valorização Ambiental, Lda. que se transcreve: - PG 187222

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	149.621,71€
Trabalhos Contratuais Realizados	149.621,72€ (1)
Total	149.621,72€

(1)- A Diferença deve-se a arredondamentos verificados nos autos da obra.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da empreitada de "Repavimentação da Avenida das Forças Armadas e Avenida 25 de Abril - Abrantes", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção para proceder em conformidade.



Nº 31 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 58 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 31 de março de 2015, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Rossio ao Sul do Tejo", adjudicada à sociedade Alpeso-Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva. – PG 210290

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 32 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 31 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 24 de fevereiro de 2015, remetendo para aprovação, o pedido de apoio financeiro solicitado pela Freguesia de Alvega e Concavada para a execução dos trabalhos para fornecimento de energia elétrica para o Centro de TIC de Concavada, no valor de a 1.105,74 € (mil cento e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. – PG 210425

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio financeiro solicitado pela Freguesia de Alvega e Concavada para execução dos referidos trabalhos, no valor de 1.105,74 € (mil cento e cinco

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

euros e setenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da citada informação nº 31 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o apoio a prestar à Freguesia de Alvega e Concavada, nos termos da al. j) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 33 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 31 de março de 2015, remetendo para aprovação, a atribuição de apoio extra/autorização autónoma à Junta de Freguesia de Tramagal, no montante de 2.765,04€ (dois mil setecentos e sessenta e cinco euros e quatro cêntimos), com IVA incluído, no âmbito do projeto de “Requalificação do Mercado de Tramagal”. – PG 82071

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio extra/autorização autónoma à Junta de Freguesia de Tramagal, no montante de 2.765,04€ (dois mil setecentos e sessenta e cinco euros e quatro cêntimos), com IVA incluído, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão de Projetos e Produção.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o apoio a prestar à Junta de Freguesia de Tramagal, nos termos da al. j) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, na sequência do ofício refª ACDJ-7.7.2.1 da Câmara Municipal de Constância, datado de 26 de fevereiro de 2015, a solicitar a cedência de 100 grades anti-motim, destinadas à vedação das zonas onde se vão realizar as atividades da Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, a decorrer nos dias 4,5,6 de abril de 2015 – PG 212115

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência das referidas grades anti-motim à Câmara Municipal de Constância, face à informação dos serviços e na senda da reciprocidade institucional.

À Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade, para os devidos efeitos.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, referente ao pedido do Clube Desportivo "Os Patos", a solicitar a isenção do pagamento pelas cedências do autocarro municipal, para disputar a final da Taça do Ribatejo Seniores Masculinos na modalidade de Futsal, em Torres Novas, no passado dia 07 de março, entre as 16:00 e as 20:00 horas e da

21

Co

Taça Juniores em Futsal, em Tomar no dia 14 de março, das 14:00 horas às 20:30 horas. – PG 210402

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total do respetivo pagamento, referente à cedência dos referidos transportes, no montante total de 470,41€ (quatrocentos e setenta euros e quarenta e um cêntimos).



Nº 36 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, referente ao pedido da Associação de Moradores de Amoreira, a solicitar a isenção do pagamento pela cedência do autocarro municipal, para transporte da equipa à localidade de Bairro, para disputar a final da Taça dos 80 anos da Inatel em Futebol, no dia 05 de abril de 2015, das 14,00 às 20,00 horas. – PG 214261

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total do respetivo pagamento, referente à cedência de transporte, no montante de 259,56€ (duzentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 37 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para aprovação a proposta de redelimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Abrantes, na sequência da proposta apresentada pela empresa "ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda.", debatida em reuniões de trabalho, devendo a mesma ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, órgão competente nesta matéria. – PG 119604

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de redelimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Abrantes e submeter à Assembleia Municipal para aprovação.



Nº 38 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de março de 2015, remetendo para aprovação, o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 80 m3 de capacidade, a instalar no Parque Industrial de Abrantes, Zona Norte, Lote 71, freguesia de Alferrarede, Abrantes, requerido por JHPL – Gás Unipessoal, Lda.. – PG 177416

el

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido projeto devendo ser dado cumprimento ao parecer da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil, nos termos citada informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de março de 2015.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 39 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de março de 2015, acerca do pedido de licenciamento de operação de loteamento, num prédio misto denominado Casa Bela, sito em Barreiras do Tejo, Abrantes, requerido por Sociedade Fabril de Produtos Resinosos, S.A. – PG 140785

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de operação de loteamento, nos termos e com os fundamentos da citada informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de março de 2015.

Notificar a firma promotora, para apresentar a comunicação prévia para a realização das obras de urbanização, no prazo de 1 (um) ano, sob pena de caducidade da licença, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2010.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 40 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento de informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 30 de março de 2015, acerca da alteração ao alvará de loteamento nº 16/93 (com os respetivos aditamentos), sito na urbanização de Casais de Revelhos, Alferrarede, Abrantes, requerido por Construções J.V. Dias, Lda., aprovada por deliberação de câmara de 10 de setembro de 2014, e do ajustamento do cálculo da compensação em numerário respeitante à não previsão de áreas destinadas a espaços verdes, a equipamentos de utilização coletiva e a lugares de estacionamento, decorrentes do aumento de mais um fogo na urbanização. – PG 174457

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o ajustamento do cálculo da compensação anteriormente efetuado para 3.002,94€ (três mil e dois euros e noventa e quatro centimos), de acordo com os termos e fundamentos da informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 30 de março de 2015, e notificar o promotor para proceder ao preenchimento em passeio da área de estacionamento público que inutilizará, com as mesmas características do restante passeio e aplicando lancil sotado para a passagem de viaturas.

01

6

Nº 41 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência do pedido apresentado por Marisa Claro Lourenço, para atribuição de número de polícia, remete para aprovação a atribuição do topónimo de "Rua da Ladeira", em São Miguel do Rio Torto, face ao sugerido em articulação com a União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo. Consequentemente, remete também para aprovação a atribuição do número de polícia 51 – 208287

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do topónimo "Rua da Ladeira", em São Miguel do Rio Torto, face ao sugerido e em articulação com a União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, bem como o número de polícia 54, face ao pedido apresentado pela munícipe Marisa Claro Lourenço.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 42 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade

Nº 43 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de pedido apresentado pela União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós, para a cedência da cortiça proveniente dos sobreiros do terreno municipal sito em São Facundo. – PG 211862

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alienação, a título gratuito, da cortiça proveniente dos sobreiros do terreno municipal sito em São Facundo à União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós, ao abrigo das alíneas cc) e ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento Económico e Turístico

Nº 44 – Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, apresentou uma informação da Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento económico e Turístico, datada de 31 de março de 2015, dando conta que teve lugar no passado dia 21 de março, o processo de reinstalação dos atuais vendedores no Mercado Municipal no novo

21

Mercado. O processo decorreu de forma regular, tendo sido levantadas, pelos vendedores presentes, algumas dúvidas quanto ao funcionamento do novo espaço, dúvidas essas que foram sendo esclarecidas com base no programa e no caderno de encargos que servirão de base à hasta pública.

Mais informa, que ficaram livres para a hasta pública, no Piso 1, as lojas 1.L.1, 1.L.2 e 1.L.3, destinadas a talho, venda de produtos alimentares e talho, respetivamente, no Piso 0, as lojas 0.L.1 e 0.L.2, destinadas a estabelecimento de bebidas, e a venda de pão e produtos de pastelaria, respetivamente, no Piso -1, as bancas -1.B.6, -1.B.7, -1.B.9 e -1.B.10, e no Piso -2, a banca -2.B.10, todas estas bancas destinadas à venda de produtos alimentares. – PG 214270

Tomado conhecimento.



Nº 45 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação da Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento económico e Turístico, 31 de março de 2015, que remete para aprovação, a seguinte declaração de reconhecimento de interesse público para a comunidade local da indústria da unidade de abate e processamento de suínos de Margarido & Margarido, Lda: - PG 211375

"Para efeitos considerados adequados, designadamente fundamentação, perante do Ministério do Ambiente, da intervenção no espaço e ambiente, conforme os fundamentos pressupostos no requerimento, sem prejuízo da defesa dos interesses que cabe especificamente a outras entidades administrativas tutelar, submete-se à aprovação da Câmara Municipal proposta a ser apreciada e votada na Assembleia Municipal ao abrigo da alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12/9, de reconhecimento do interesse público da Indústria da unidade de abate e processamento de suínos de Margarido & Margarido LDA, sita em Olho de Boi, Abrantes, em razão do emprego e dinamização económica local incrementados pela sua laboração".

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a referida declaração de reconhecimento de interesse público e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 46 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Unidade Orgânica de 3º Grau de Desenvolvimento económico e Turístico, 31 de março de 2015, acerca do pedido da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a solicitar a cedência gratuita do Mercado Criativo, para realização de um Workshop de Velas Artesanais de Cera de Abelha, no dia 11 de abril de 2015, das 11,00h às 12,30 horas. – PG 214845

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 32,34€ (trinta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), de

Cl

Act

acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 47 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, datada de 01 de abril de 2015, acerca do pedido da Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a solicitar apoio financeiro no montante de 17.418,69€ (dezassete mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos), para fazer face às despesas com a realização do Encontro Ibérico do Azeite, no âmbito da parceria estabelecida para a realização do evento. – PG 216679

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio solicitado, no montante de 17.418,69€ (dezassete mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos), nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Serviços Municipalizados de Abrantes

Nº 48 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo, para aprovação, Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2014 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, bem como outros documentos exigidos pelo Tribunal de Contas. – PG 216546

Deliberação: Por maioria, com a abstenção da Vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovar os referidos documentos dos Serviços Municipalizados e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação, nos termos da alínea I) do nº 2 do artigo 25º e do nº 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 49 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo, para aprovação, a 1ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2015, dos Serviços Municipalizados de Abrantes. – PG 216574

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida revisão e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

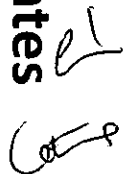
A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR





Data: 02-04-2015

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 07.04.2015

Processo	Número	Data	Requerente, Residência		Nome / Morada	Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
			NIF / Cliente Municipal				Tipo	Data	Teor
PG16104/2013:144049	31-10-2013	170921590	Joaquim José Marques Felício / Rua Pranto Maria Parda, Lote 125 - Pombal			Alteração / Legalização de construções - Travessa dos Marmeleiros n.º 4 - Concavada - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	29-03-2015	Deferido pedido de autorização de utilização.
PG12976/2014:188428	12-09-2014	122161335	Maria Vitória Garcia / Rua Promenade de l'Europe, 65 - 1203 Genève			Alteração de cobertura / Rua do Arneirinho, n.º 530 - Arneirinho - Martimchel	Despacho	29-03-2015	Deferido pedido de autorização de utilização.
PG2101/2013:107076	04-02-2013	14906651 / 2119	Manuel Lourenço Oliveira / Rua do Roseiral, n.º 501 - Fojo - Rossio ao Sul do Tejo			Legalização de anexo / Rua do Roseiral n.º 501, Fojo - Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	29-03-2015	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos e condicionando-se a emissão do competente Alvará à apresentação da (indispensável) ficha de elementos estatísticos ("INE - Q4").
PG9505/2014:178998	01-07-2014	160149754	Armando Rodrigues Martins / Rua Vale Vaqueiro - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada			Alteração de edifício destinado a armazém agrícola / Rua do Vale Vaqueiro, n.º 6 - Monte Galego - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	30-03-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG14648/2014:193135	17-10-2014	226485358	Bruno Miguel Dias Rodrigues Pereira / Rua 5 de outubro, Bloco 30 - 1.ª E - Montalvo - Constância			Alteração / ampliação de habitação - Vilelas - Martimchel	Despacho	30-03-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 07.04.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG16702/2014:198308	25-11-2014	116779861	Maria Rosa Vicente Barralé / Rua da Caniceira, n.º 143 - Tramagal	Legalização de habitação / Rua da Caniceira, n.º 129 - Tramagal	Despacho	30-03-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG11560/2014:184499	11-08-2014	116130300	Deolinda Maria Matos Castanho / Rua da Correnteza - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Construção de anexos destinados a armazéns e arrecadação agrícola / Rua da Correnteza, n.º 17 - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	30-03-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos.